

# Saúde e Trabalho

**DAPHNIS FERREIRA SOUTO**

Professor do Instituto Castelo Branco, da Fundação  
Oswaldo Cruz — Chefe da Divisão Assistencial da

PETROBRÁS.

Um dos objetivos básicos de toda organização de trabalho é a otimização do emprego dos fatores de produção utilizados em seus diferentes sistemas operacionais e administrativos.

Otimizar um sistema significa dotá-lo dos fatores de produção necessários e suficientes ao desempenho de suas funções e que permitam que seus objetivos sejam atingidos com a máxima eficiência, isto é, minimizar custos e maximizar resultados eficazes.

Os recursos humanos, constituindo-se em um dos mais valiosos fatores de produção, devem merecer do administrador moderno atenção especial. Essa atenção deve se traduzir no estabelecimento de programas que visem, entre outros aspectos, os da proteção da saúde do elemento humano.

O homem são ou enfermo é considerado como uma unidade biológica como um todo indivisível. É, outrossim, um ser social que vive em ambiente submetido a modificações contínuas. Agrupa-se em famílias e comunidades e constitui a base fundamental da sociedade e de seu progresso.

Além disso, ele se iniciou na vida com os seus próprios dons genéticos, aos quais se somam as suas próprias experiências da vida. Tomadas conjuntamente elas determinam os seus potenciais de adaptação no mundo altamente complexo em que ele se acha. Elas determinam as suas interações de momento a momento, com seu ambiente externo sempre cam-

biante, a ponto de capacitá-lo a manter a homeostase em qualquer ocasião.

A existência humana transformou-se fundamentalmente neste século. Progressos sem precedentes, quer na vida diária, quer nos movimentos científicos, que mal podiam ser imaginados de há 30 anos atrás, tiveram lugar. As distâncias se encurtaram com a aviação; as comunicações são feitas em segundos, minutos ou horas, em vez de meses; o contato de pessoas e culturas entre países e entre continentes são feitos de cada dia; os avanços da técnica e da civilização em geral abrem perspectivas de uma vida bem mais saudável para a humanidade.

Como é do conhecimento geral, apesar do grande esforço que os poderes públicos vêm desenvolvendo no sentido de melhorar o padrão de vida da população, o Brasil ainda está atravessando uma fase em que, entre outros problemas de grande vulto, se ressent de uma estrutura básica em matéria de saúde capaz de congrega, uniformizar e padronizar todos os recursos dentro de uma mesma sistemática conceitual.

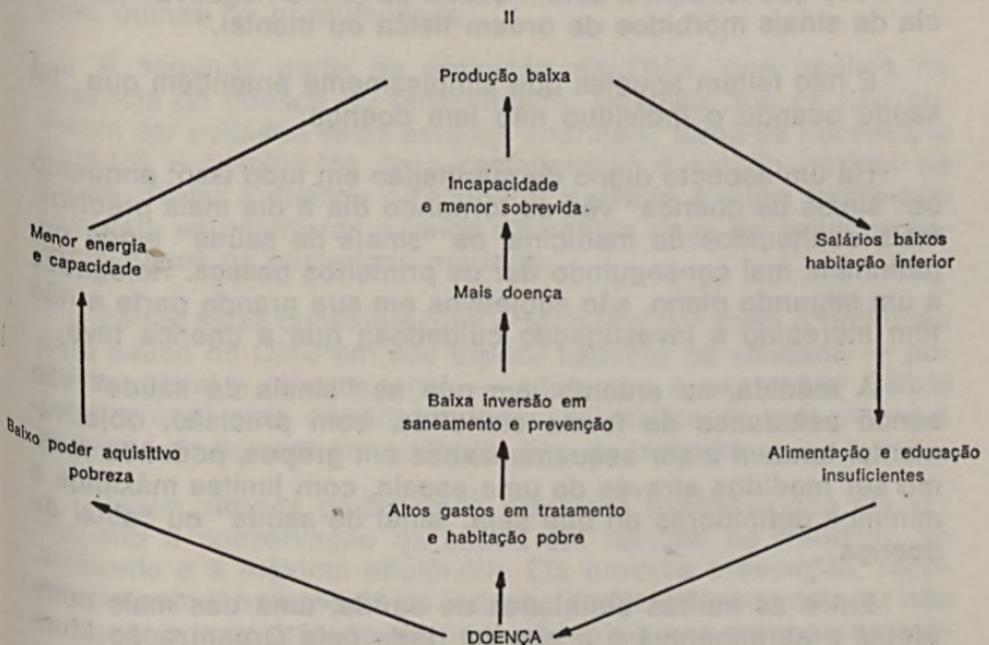
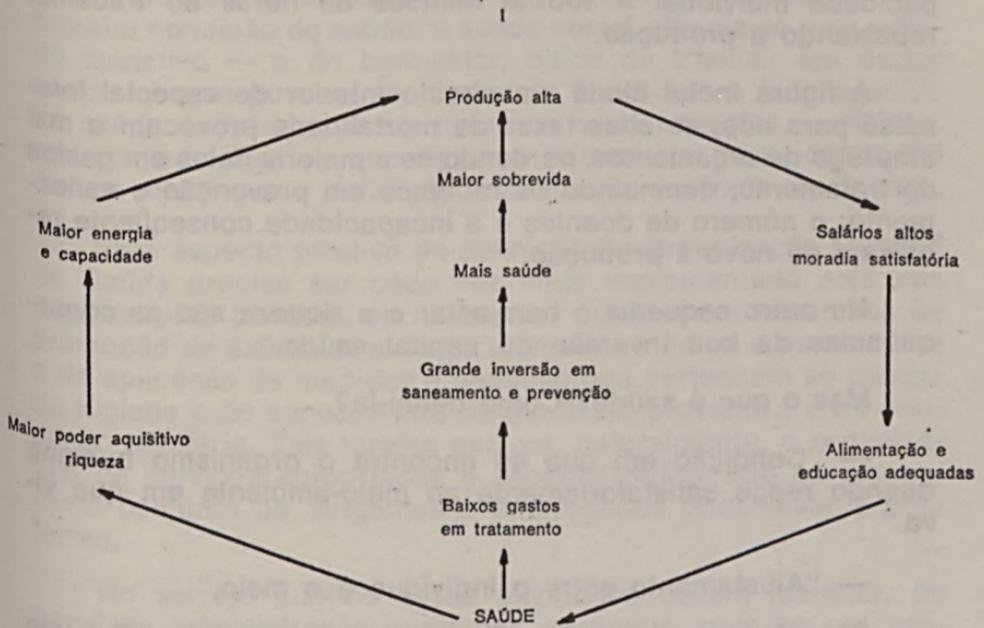
Considerado como um país em desenvolvimento, possuidor de grandes riquezas potenciais ainda não conseguiu libertar-se definitivamente do círculo vicioso da pobreza, ignorância e doença.

Fatores econômicos, sociais e sanitários estão intimamente ligados e dia a dia mais se afirma a dependência: **Saúde — Economia — Educação.**

Em qualquer circunstância, mas sobretudo na era atual, é indispensável aos profissionais da saúde estudar e exhibir os frutos econômicos de sua atuação, quer para obter meios suficientes, quer principalmente para impressionar a consciência de cada indivíduo que se o viver sadio é caro, a doença é muito mais onerosa.

Por outro lado, o resultado de todos os programas de saúde está decisivamente condicionado aos aspectos culturais da população, que são fatores muito complexos e sobre os quais os homens responsáveis pela saúde pública deveriam ter uma idéia definida para cumprir adequadamente suas tarefas.

O papel da saúde influenciando direta e indiretamente sobre esses fatores econômicos, educacionais e sociais pode ser visto no esquema que ora apresentamos:



A baixa produção origina a pobreza e a ignorância determina a escassez de alimentos e habitação inferior, que favorecem a doença; esta por sua vez reduz a energia e a capacidade individual e subtrai milhões de horas ao trabalho, rebaixando a produção.

A figura inclui ainda um círculo interior de especial interesse para nós; as altas taxas de mortalidade provocam o mal emprego de orçamentos, perdendo-se a maioria deles em gastos de tratamento, diminuindo os recursos em prevenção e saneamento; o número de doentes e a incapacidade conseqüente rebaixam de novo a produção.

No outro esquema o bem-estar e a riqueza são as conseqüências da boa inversão do capital saúde.

Mas o que é saúde? Como defini-la?

— “Condição em que se encontra o organismo humano quando reage satisfatoriamente ao meio-ambiente em que vive.”

— “Ajustamento entre o indivíduo e o meio.”

São algumas definições. Das menos incompletas. Existem médicos que tendem a definir saúde de forma negativa: “ausência de sinais mórbidos de ordem física ou mental.”

E não faltam aqueles que simplesmente entendem que “há saúde quando o indivíduo não tem doença.”

Há um aspecto digno de meditação em tudo isso: enquanto os “sinais de doença” vão-se tornando dia a dia mais precisos, mais conhecidos da medicina, os “sinais de saúde” ainda engatinham, mal conseguindo dar os primeiros passos. Relegados a um segundo plano, são subjetivos em sua grande parte e não têm merecido a investigação cuidadosa que a doença teve.

A medida, no entanto, em que os “sinais de saúde” vão sendo estudados de forma científica, com precisão, objetivamente, tendem a ser esquematizados em grupos, podendo mesmo ser medidos através de uma escala, com limites máximos e mínimos definidores do que seja “sinal de saúde” ou “sinal de doença”.

Entre as muitas definições de saúde, uma das mais completas e abrangentes é a que foi dada pela Organização Mun-

dial da Saúde: **“é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”**. Esta definição inclui, num mesmo conceito, a saúde física (ou corporal) e a saúde mental (ou psíquica), destacando uma terceira condição de saúde: **a saúde social**. Baseia-se num critério subjetivo — o do bem-estar, difícil de traduzir em dados concretos que possam ser medidos. E destaca o lado positivo da saúde, considerada em todos os seus aspectos — físicos, mentais e sociais — que ligam o homem ao meio, dando-lhe ênfase maior que a definição negativa de ausência de doença.

Esse aspecto positivo da definição da Organização Mundial de Saúde precisa ser cada vez mais implementado seja nas organizações privadas ou no serviço público, em esquemas de promoção de saúde, através da vigilância médica e paramédica e da aplicação de medidas e técnicas que pertencem ao campo da higiene e do saneamento, da medicina preventiva e da educação sanitária. Tais tarefas exigem, naturalmente, a organização de serviços apropriados e especializados, que só um esforço conjunto de dirigentes e empregados pode levar a bom termo.

No serviço público essas atividades devem merecer, de parte da administração, cuidados especiais, pois só um programa adequado de preservação da saúde pode criar condições ótimas de produtividade.

A segunda parte da definição da OMS, que implica na ausência de doença ou enfermidade, significa que se não puderem ser evitados estes estados anormais, torna-se necessário tratá-los e dominá-los para restabelecer o estado normal de saúde. Tratar a doença e recuperar a saúde é outra tarefa que completa as anteriores e exige diferentes tipos de serviços especializados na sociedade moderna.

Feitas estas considerações e tomando por base a definição para saúde da OMS em seu tríplice aspecto de validade — positiva, oficial e internacional — adotamos a expressão Saúde Ocupacional para congregar todas as atividades que visem à proteção do homem em qualquer tipo de trabalho.

Assim situada poderíamos dizer em essência que ela diz respeito à conservação da saúde em relação ao trabalho, ao ambiente e à máxima eficiência. Ela envolve prevenção, reconhecimento e tratamento de incapacidades ocupacionais ou não e requer a aplicação de técnicas especiais nos campos da rea-

bilitação, da higiene ambiental, toxicologia, física, saneamento, bioestatística, educação sanitária e relações humanas.

O interesse sobre os problemas de saúde das pessoas em suas ocupações vem se intensificando e expandindo no Brasil e já não se duvida de sua importância na maioria das grandes empresas nacionais. Hoje já se vai acentuando o reconhecimento que zelar pela saúde dos empregados é uma obrigação da administração empresarial como é o cuidado com o equipamento. É tão necessário dar atenção aos efeitos dos materiais e processos industriais sobre a saúde quanto aos problemas de preço e qualidade dos produtos.

Entretanto, os esquemas e a orientação praticados na maioria das organizações industriais e também no serviço público não têm sido estabelecidos convenientemente.

Temos necessidade urgente de mudar a orientação imperante onde as técnicas de preservação da saúde são relegadas a um plano secundário, fazendo-se sobressair quase que exclusivamente os programas de medicina curativa.

Manter o homem em estado de saúde é muito mais importante que diagnosticar e tratar doenças, seja na empresa privada ou no serviço público, pois o que lhes deve interessar, em última instância, é manter os indivíduos em produção ativa.

A saúde ocupacional dentro do conceito sistêmico de administração não pode ser encarada como uma abstração e sim, e muito mais, como uma atividade interatuante e interdependente com as outras atividades da empresa, cuja eficácia vai ser medida na proporção que ajudar o sistema do qual é parte integrante atingir os seus objetivos.

Assim é que nesta atividade estão envolvidas diversas categorias profissionais que integram o "sistema de proteção à saúde", cujos representantes principais são:

- os profissionais médicos e paramédicos
- os profissionais de engenharia e química
- os profissionais das ciências sociais e administrativas.

Aos profissionais médicos e paramédicos cabe o importante papel de vigilância sobre cada indivíduo, investigando

toda manifestação anormal por acaso verificada, bem como utiliza meios para evitar o aparecimento de qualquer manifestação patológica, além de alertar os demais membros do grupo sobre a necessidade da avaliação conjunta das causas que condicionem sua eclosão.

Ao grupo da engenharia e da química primariamente compete o estudo das possíveis causas de acidentes e dos ambientes de trabalho; coletando amostras e as analisando; determinando os índices físicos e avaliando os resultados em termos de seus efeitos sobre a saúde; bem como as adequadas medidas de controle que se façam necessárias.

Aos profissionais das ciências sociais e administrativas fica a responsabilidade dos problemas das relações de trabalho e o estudo da sua dinâmica.

Após um trabalho inicialmente individual, onde cada um dos componentes do sistema aplica métodos e técnicas próprias de cada profissão, é na interpretação conjunta dos dados obtidos, que se dá a integração, mostrando a responsabilidade de cada um naquilo que se procura investigar para somar na persecução da proteção à saúde.

São objetivos principais da saúde ocupacional, procurar a adaptação do trabalho ao homem e de cada homem ao seu trabalho, protegendo-lhe a saúde, a integridade física e a vida.

Para alcançar estes objetivos é necessário primariamente fazer:

a) o levantamento dos fatores de ordem física, química ou biológica existentes em qualquer ambiente de trabalho capazes de provocar efeitos adversos no organismo;

b) a avaliação em termos quantitativos, através de técnicas especiais, da habilidade desses fatores em causar dano à saúde.

Usualmente as informações colhidas nos orientarão:

1 — Sobre a maior ou menor agressividade das condições ambientes e dos materiais e substâncias manipuladas ou processadas;

2 — quais os meios de atuação dessas substâncias e matéria's no organismo e as repercussões das condições ambientais sobre o mesmo;

3 — os locais e pontos de exposição durante as diversas operações;

4 — a menor ou maior gravidade da exposição.

Qualquer que seja a função ou a tarefa de um trabalhador, a medida das condições existentes no ambiente de trabalho que o rodeia é essencial. O fato de ele estar lidando com uma substância tóxica não indica, por si só, que ele tenha sido por ela atingido, ou que uma doença que ele está sofrendo seja necessariamente uma consequência daquela exposição.

Convém salientar também aquilo que diz respeito ao funcionamento do organismo em relação ao trabalho. Isto inclui:

I — o efeito das condições de trabalho sobre os processos fisiológicos do organismo, principalmente no que tange as suas limitações;

II — as necessidades fisiológicas dos vários tipos de trabalho principalmente quanto à aptidão de cada um manusear os seus instrumentos de trabalho;

III — as necessidades fisiológicas de variados tipos de trabalho e suas reações orgânicas decorrentes do contato com os diversos agentes de natureza física, química ou biológica encontrados no trabalho.

Incluídos nesses fatores encontramos:

a) no ambiente atmosférico: o ruído, calor, frio, umidade, energia radiante e várias substâncias químicas;

b) envolvidos no trabalho: a postura, rapidez no trabalho, esforço físico, vibração, pressão repetida, distensão, contínuo esforço visual etc.;

c) a duração e organização do dia de trabalho tais como: horas de trabalho, trabalho noturno, pausas para descanso, turnos de trabalho.

Isso tudo nos vai levar a julgar com precisão a capacidade fisiológica das pessoas o que nos leva a também nos familiarizar com as necessidades da mecânica de cada serviço.

Alongamo-nos mostrando a complexidade dos objetivos da saúde ocupacional para que possa avaliar o quanto ela é importante para uma população laborativa.

Achamo-nos, presentemente, no limiar da pesquisa básica em fisiologia ambiental. Em consequência estamos adquirindo dados antes jamais disponíveis para aplicação direta no campo da saúde ocupacional.

Com esses dados em mãos saberemos em termos metabólicos e fisiológicos o que realmente acontece a uma pessoa enquanto se expõe, no trabalho, às condições específicas do seu ambiente ocupacional; quais as suas capacidades em adaptar-se, quais suas reações normais e esse **stress** ambiental; o que exatamente ocorre quando os mecanismos de defesa de seu organismo estão sendo ameaçados, antes que eles sejam suficientemente vencidos para dar lugar à doença. Os dados acumulados lançarão nova luz sobre algumas das bases biológicas das diferenças individuais quando as pessoas são expostas a uma pressão externa de qualquer natureza.

Com esse e outros dados semelhantes em mão, poderemos esperar desenvolver padrões mais sofisticados de saúde do que aqueles atualmente disponíveis e proteger mais eficientemente a saúde dos que trabalham.

Queremos neste momento enfatizar que a ausência ou limitação de facilidades nos programas de saúde ocupacional em qualquer organização de trabalho (indústria, serviço público etc.) demonstra que o conceito da conservação dos recursos humanos não se incorporou inteiramente na política administrativa da organização, com isso trazendo dificuldades na execução dos serviços, em sua expansão e sendo mesmo a negação do sentido social que cada empresa representa para a coletividade.

O dimensionamento de um sistema de proteção da saúde é naturalmente função das características do meio em que o mesmo está integrado, podendo assim variar de região para região conforme as facilidades e recursos disponíveis na área. Não existe um padrão que se aplique em todas as situações ou em toda a extensão de nosso País.

Entretanto deve haver sempre a preocupação de:

- a) promover e manter o mais alto grau de bem-estar físico, mental e social dos empregados em suas ocupações;
- b) prevenir entre os empregados os infortúnios causados por suas condições de trabalho;

c) proteger os empregados contra os riscos resultantes de condições adversas à saúde na comunidade em que vive;

d) colocar e manter o empregado em um ambiente, tanto quanto possível adaptado as suas condições físicas e psicológicas.

Dentro de tal orientação é possível aos integrantes da equipe de saúde ocupacional:

1 — guiar a administração na colocação apropriada de empregados:

2 — descobrir em novos candidatos a presença de qualquer condição que possa predispor a acidentes ou doenças ocupacionais;

3 — revelar mudanças devidas a exposições ao trabalho, de modo que outros efeitos prejudiciais sejam evitados;

4 — diagnosticar as manifestações primárias de doenças não ocupacionais em pessoas presumivelmente sadias, de modo que se possam evitar incapacidades prematuras.

Disto tudo resultará menos tempo perdido com doença, menor número de faltas ao trabalho, menor mudança de empregados, maior eficiência no trabalho, melhor moral e melhores relações administrativas, o que significa o equilíbrio social por todos tão desejado.

#### BIBLIOGRAFIA

1 — H. E. Hilleboe, G. W. Larimore — Medicina Preventiva — SERPEL — 1965.

2 — Alberto R. Maisel — The Health of people who work — National Health Council — USA — 1960.

3 — B. Harvey, R. Murray — Industrial Health Technology — Butterworth e Co. — London — 1958.

4 — Fleuing, D'Alonso, Zapp — Modern Occupational Medicine — Lea and Febiger — USA — 1954.

5 — D. Ferreira Souto — Temas de Saúde Ocupacional — Revista do Serviço de Pessoal da PETROBRÁS nº 71 — 1968.

6 — C. Simonin — Medicina del Trabajo — Editorial Científico Médico — Barcelona — 1959.